

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)17 abr 2017 | O Globo | EDUARDO BRESCIANI [eduardo.bresciani@bsb.oglobo.com.br](mailto:eduardo.bresciani@bsb.oglobo.com.br)

# Odebrecht determinava padrinhos para cada político

## Método para evitar conflitos internos era organizado pelo presidente

-BRASÍLIA- Além dos apelidos, os políticos que recebiam recursos da Odebrecht tinham padrinhos dentro da empresa. Marcelo Odebrecht contou em um de seus depoimentos que a solução foi encontrada para evitar conflitos internos sobre atender ou não determinada solicitação, uma vez que o político podia ter atendido algum negócio da empresa e atrapalhado outro. O ex-presidente do grupo afirmou que as relações desses padrinhos eram baseados em um tripé: institucional, relação pessoal e dinheiro. Marcelo conta que se surpreendeu porque em alguns casos, como o do ex-diretor Cláudio Melo Filho, as relações eram apenas financeiras e não pessoais, como alardeavam os executivos.



REPRODUÇÃO

### Não sabia?

---

A definição dos padrinhos era feita pelo presidente do grupo, cargo que Marcelo ocupou de 2008 até junho de 2015, quando foi preso pela Lava-Jato. Ele explicou aos investigadores que esse sistema foi criada porque, às vezes, as áreas de negócios tinham interesses diferentes em determinadas regiões e sobre os políticos. Por isso, era preciso ter um acerto antes da decisão do pagamento. Segundo ele, a figura do padrinho era importante porque até 300 pessoas tinham condição de tratar de doações.

— Não é que pagasse tudo, mas não se teria acerto sem passar pelo blessing (benção, em inglês) do padrinho — afirmou.

Marcelo revelou que, no caso de pagamentos para o ex-governador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e até para adversários dele, a movimentação só era autorizada após passar por Benedicto Júnior, ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura.

— No Rio, por exemplo, a relação, principalmente com o Marcelo Odebrecht conta em depoimento que ficou surpreso com o conteúdo de delações de executivos governo Sérgio Cabral, era com o Júnior. Então, ninguém faria uma doação a Sérgio Cabral ou aos candidatos contra o Sérgio Cabral sem alinhar com o Júnior — disse.

Segundo Marcelo, o ex-diretor Airton Reis era padrinho do senador Edison Lobão (PMDB-MA), enquanto que os repasses para o ex-ministro Jaques Wagner (PT-BA), a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), o ex-senador Gim Argello (PTB-DF), passavam por Cláudio Mello Filho, ex-diretor de Relações Institucionais. No caso do ex-ministro Geddel Vieira Lima, Cláudio era quem apadrinhava a maior parte das demandas, mas Geddel tinha interlocução direta também com Emílio Odebrecht.

O ex-presidente pediu para complementar o depoimento para relatar que, muitas vezes, os executivos afirmavam possuir uma relação pessoal com os políticos para se valorizar dentro da empresa. Quando prestou o depoimento, em 12 de dezembro, Marcelo disse ter ficado surpreso com algumas informações divulgadas na ocasião dos anexos da delação de Cláudio Melo.

— Quando começar a ver os relatos de todos os colaboradores, eu e vários outros líderes vamos ver que esse cara vendia uma relação, mas que na verdade era movida a dinheiro, ou mais movida a dinheiro do que ele dizia que tinha — afirmou Marcelo.

O empresário contou que cuidava apenas das campanhas presidenciais. E acompanhava as doações oficiais para que elas ficassem dentro de limite estabelecido e com repasses equilibrados entre as principais legendas. De acordo com ele, 3/4 do que era pago por caixa um ficava com PT, PSDB e PMDB. Para fazer a diferenciação entre quem ajudava mais a empresa usava-se o caixa dois. O ex-governador do Rio era apadrinhado por Benedicto Barbosa Júnior, ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura. O senador do PMDB e ex-ministro tinha como interlocutor o ex-diretor da empreiteira Airton Reis. O ex-ministro dialogava com Cláudio Mello Filho, mas mantinha relação direta com Emílio Odebrecht. -BRASÍLIA- Enquanto as doações oficiais de campanha para governador tinham limitações na Odebrecht, o caixa dois era liberado. Em depoimento à força-tarefa da operação Lava-Jato, o empreiteiro Marcelo Odebrecht disse que, nesses casos, o teto era de R\$ 500 mil para contribuições via caixa um. Não havia, no entanto, limite para pagamentos por fora.

Ele afirmou ainda que existia uma preocupação para que, mesmo dentro do grupo empresarial, o responsável por um repasse não soubesse o valor dos outros. Os montantes eram negociados por cada empresa subsidiária do grupo.

— Não tinha (limite para caixa dois). Cabia a cada um (definir o valor). O caixa dois é aquela história. Cabia a cada empresário definir. Não tinha (limite). Ninguém sabia o caixa dois do outro. Nem internamente — afirmou Marcelo.

Em relação ao caixa oficial, havia um limite de R\$ 500 mil para campanhas de governador de estados estratégicos:

— Essas coisas, no final das contas, tinha uma indisciplina ou uma escorregadela, mas em geral, o que eu me lembro é o seguinte: um governador de um estado relevante, na candidatura dele, em geral, não devia ser mais de R\$ 500 mil. Só que podia ser dado para o comitê estadual dar para ele. Ou poderia ser dado para o partido dar para ele.

O empreiteiro contou ainda que, às vezes, tinha briga dentro da empresa sobre o assunto, mas que, dificilmente, isso subia para a direção.



— Lá dentro, aqueles dois executivos que estavam discutindo contribuição para aqueles dois candidatos, obviamente que aqueles dois sabiam do caixa

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | [www.newspaperdirect.com](http://www.newspaperdirect.com), EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)